

## ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2024/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS000942/2024  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 23/04/2024  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR019326/2024  
NÚMERO DO PROCESSO: 10264.203274/2024-97  
DATA DO PROTOCOLO: 19/04/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

OSMAR NICOLINI COMERCIO E DISTRIBUICAO S.A., CNPJ n. 89.835.672/0001-20, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). PATRIQUE NICOLINI MANFROI;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE SAO GABRIEL, CNPJ n. 89.498.356/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). HETOR HUGO BELLONI FONTOURA;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de março de 2024 a 28 de fevereiro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de março.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **empregados no comércio**, com abrangência territorial em **São Gabriel/RS**.

## JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO TRABALHO NOS FERIADOS

A empresa acordante está autorizada a funcionar com a utilização de empregados, em todos os feriados municipais, estaduais e federais, na vigência da presente convenção coletiva, **exceto, nos feriados de 1º de janeiro, 1º de maio, 20 de setembro e 25 de dezembro**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os estabelecimentos comerciais representados poderão funcionar nos feriados autorizados no caput desta cláusula para atendimento ao público no horário das 8h (oito horas) às 18h30min (dezoito horas e trinta minutos), salvo disposição em sentido contrário previsto em lei municipal, cujo horário deverá ser respeitado, nos termos do artigo 6º, da Lei 10.101/00.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os empregados que trabalharem na empresa comercial representada pelo Sindicato Patronal nos feriados autorizados pela presente convenção coletiva, em uma jornada máxima de 8h (oito horas) de trabalho, terão o direito de optar entre:

- receber 1 (uma) folga compensatória, que deverá ser gozada no máximo até **60** (sessenta) dias após o feriado trabalhado; ou
- receber uma indenização no valor de **R\$ 95,00 (noventa e cinco reais) + 1 (uma) folga compensatória**, que deverá ser gozada no máximo em até **30** (trinta) dias após o feriado trabalhado.
- a indenização prevista na alínea “b” (**bônus + folga**) poderá, por opção do empregado, ser substituída pelo pagamento de um **bônus único no valor de R\$ 120,00** (cento vinte reais), sem direito a folga neste caso. Exercendo o empregado o direito de escolha pelo pela indenização ou bônus + folga, este renuncia o direito de

oposição à contribuição negocial fixada na cláusula sexagésima nona da convenção coletiva geral da categoria (MR015104/2024); e

**d)** É obrigação da empresa encaminhar a cópia do termo de opção e da relação dos empregados que laborarem nos feriados ao sindicato laboral, através do e-mail contato@osindical.com.br em até 10 (dez) dias após o feriado respectivo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A indenização estabelecida no parágrafo primeiro e segundo não integrará o salário para quaisquer efeitos legais;

**PARÁGRAFO QUARTO** - A jornada máxima de trabalho permitida nos feriados não vedados no caput desta cláusula é de 8h (oito horas);

**PARÁGRAFO QUINTO** – Somente será admitido o trabalho extraordinário nos feriados referidos, por necessidade imperiosa de manutenção de serviço, até o limite máximo de duas horas. O horário excedente será remunerado na forma prevista na convenção coletiva da categoria; e

**PARÁGRAFO SEXTO** - Fica assegurado o fornecimento de vale-transporte para os empregados que trabalharem nos feriados previstos. Não havendo transporte público, o mesmo terá que ser providenciado pela empresa.

## **RELAÇÕES SINDICAIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL**

A empresa acordante manifesta concordância expressa com o pagamento da contribuição negocial aos cofres do Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado do Rio Grande do Sul, a ser recolhida mediante guias próprias e em estabelecimentos bancários indicados, na importância equivalente a 1,5 (um e meio) dia de salário de todos os empregados, beneficiados ou não pelo presente acordo, já reajustado e vigente à época do pagamento, até o **dia 10 de maio de 2024**, sob pena das cominações previstas no artigo 600 da CLT.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Nenhuma empresa, possuindo ou não empregados, poderá contribuir a este título com importância inferior a R\$ 28,00 (vinte e oito reais), valor este que sofrerá a incidência de correção monetária após a data de seu vencimento. O desconto estabelecido na presente cláusula constitui em ônus dos empregadores.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Fica estabelecido que qualquer discussão que envolva a contribuição em favor do sindicato das empresas previstas nesta cláusula, em caso de demanda judicial ajuizada por empresa que pretenda a devolução das mesmas, serão de responsabilidade exclusiva do sindicato das empresas, restando indene o sindicato laboral.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA QUINTA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO ACORDO**

Caso a empresa descumpra qualquer das cláusulas do presente acordo e, notificada pelo sindicato profissional, não cumprir com a referida obrigação dentro de 48h (quarenta e oito horas), pagará aos empregados envolvidos, através do seu Sindicato representativo, uma multa no valor de 10% (dez por cento) do salário normativo a cada um deles.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA SEXTA - PRORROGAÇÃO DO ACORDO**

As cláusulas previstas neste instrumento coletivo de trabalho poderão ser prorrogadas por um período de até 60 (sessenta) dias a partir de 1º de março de 2025, visando a constância e a tranquilidade das partes durante o processo de negociação coletiva. Na hipótese de prorrogação do acordo por até 60 (sessenta) dias, as cláusulas deste instrumento coletivo não serão incorporadas aos contratos de trabalho dos empregados da categoria.

}

**PATRIQUE NICOLINI MANFROI  
DIRETOR  
OSMAR NICOLINI COMERCIO E DISTRIBUICAO S.A.**

**HETOR HUGO BELLONI FONTOURA  
PRESIDENTE  
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE SAO GABRIEL**

**ANEXOS  
ANEXO I - ATA AGE**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.